

HABEAS CORPUS Nº 534.850 - RJ (2019/0283409-0)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : JORGE DA SILVA NETO - RJ094691
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : JUNIOR JOSE DA SILVA (PRESO)
PACIENTE : GABRIEL GOMES DA CONCEICAO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PENAL. ROUBO MAJORADO. DOSIMETRIA. AUMENTO DA PENA-BASE EM 1/3 (UM TERÇO) SOBRE O MÍNIMO LEGAL. DESPROPORCIONALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ORDEM DENEGADA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, sem pedido liminar, impetrado em favor de JUNIOR JOSE DA SILVA e GABRIEL GOMES DA CONCEIÇÃO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro nos autos da Apelação Criminal n.º 0003623-20.2018.8.19.0040.

Consta nos autos que os Pacientes foram condenados pela prática do crime do art. 157, § 2.º, inciso II, do Código Penal. Ao acusado JUNIOR foi imposta a pena de 7 (sete) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial fechado, além do pagamento de 129 (cento e vinte e nove) dias-multa. Ao réu GABRIEL foi imposta a pena de 8 (oito) anos de reclusão, em regime inicial fechado, além do pagamento de 168 (cento e sessenta e oito) dias-multa.

Irresignada, a Defesa interpôs recurso de apelação, que foi parcialmente provido para "*acomodar a pena do apelante José Junior em 05 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, no regime semiaberto, mais pagamento de 13 (treze) dias-multa e, para o apelante Gabriel Gomes da Conceição, em 07 (sete) anos, 01 (um) mês e 10 (dez) dias de reclusão, mais pagamento de 17 (dezessete) dias-multa, mantido o regime fechado*" (fl. 43).

Superior Tribunal de Justiça

Neste *writ*, a Impetrante alega que o aumento empregado na primeira fase da dosimetria seria desproporcional, ao argumento de que "[c]hegou-se à pena final partindo de pena-base exasperada em 1/3 em decorrência de UMA ÚNICA circunstância judicial negativa: consequências do roubo" (fl. 4).

Assevera que, "[n]a falta de regramento legal para determinar o quanto cada circunstância pode influir na administração da pena, é racional concluir que cada uma equivale a 1/8, embora haja decisões afirmando-a em 1/6, certa ou erradamente" (fl. 6).

Requer seja "concedida a ordem para reduzir a pena-base" (fl. 7).

As informações foram prestadas às fls. 65-78.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* e, se conhecido, pela parcial concessão da ordem, nos termos da seguinte ementa (fl. 80):

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. DESCABIMENTO. DIREITO PENAL. ROUBO. CONCURSO DE AGENTES. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL. INCREMENTO DE 1/3 SOBRE A PENA MÍNIMA. AUMENTO DESPROPORCIONAL. REDUÇÃO PARA 1/6. PRECEDENTE. CARACTERIZAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL: PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO WRIT OU, SE CONHECIDO, PELA SUA PARCIAL CONCESSÃO."

É o relatório. Decido.

Inicialmente, cumpre registrar que o *quantum* de aumento a ser implementado em decorrência do reconhecimento das circunstâncias judiciais desfavoráveis fica adstrito à prudente discricionariedade do juiz, não havendo como proceder ao seu redimensionamento na via estreita do *habeas corpus*. Assim, ressalvadas os casos de manifesta ilegalidade ou arbitrariedade, é inadmissível a revisão dos critérios adotados na dosimetria da pena por esta Corte Superior.

Na hipótese, a única circunstância judicial negativa mantida pela Corte local foi a referente às consequências do crime. Para considerá-la desfavorável, o Juízo singular apresentou os seguintes fundamentos (fl. 31; sem grifos no original):

"No processo, diante da imagem da vítima no momento de sua oitiva, onde demonstrava nitidamente que as consequências do crime lhe atingiram profundamente, que foi agredida covardemente com uma

marreta, chegando a ficar desmaiada, ocasionando a necessidade de seu afastamento do trabalho por 05 dias. Tem-se, portanto, que as consequências do crime foram além daquelas que normalmente se verificam em delitos desta espécie. Portanto, há necessidade de ser majorada a pena base dos acusados.

Além de tudo isso, importante mencionar que ao ser inquirida sobre os fatos, a vítima não conseguiu conter o choro, comprovando que as consequências do crime foram excessivas."

Verifico que o aumento implementado na primeira fase da dosimetria do crime de roubo – aplicada a fração de 1/3 (um terço) em razão da circunstância judicial referente às consequências do delito – revela-se proporcional e fundamentado, considerando-se a motivação apresentada: após ser agredida com uma marreta, a Vítima chegou a ficar desmaiada e se afastou do trabalho por 5 (cinco) dias. Ademais, ao ser questionada em juízo acerca do fato delituoso, não conseguiu conter o choro, o que demonstra que "as consequências do crime foram excessivas" (fl. 31).

Com igual conclusão:

"PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. DOSIMETRIA. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. ELEMENTOS IDÔNEOS A JUSTIFICAR O AUMENTO. MAJORAÇÃO. CRITÉRIO MATEMÁTICO. IMPOSSIBILIDADE. DISCRICIONARIEDADE E PROPORCIONALIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

VI - Além disso, não se admite a adoção de um critério puramente matemático, baseado apenas na quantidade de circunstâncias judiciais desfavoráveis, até porque de acordo com as especificidades de cada delito e também com as condições pessoais do agente, uma dada circunstância judicial desfavorável poderá e deverá possuir maior relevância (valor) do que outra no momento da fixação da pena-base, em obediência aos princípios da individualização da pena e da própria proporcionalidade, como ocorreu no presente caso.

Habeas corpus não conhecido." (HC 512.510/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/08/2019; sem grifos no original.)

"HABEAS CORPUS. ART. 157, § 2º, I E II, DO CÓDIGO PENAL. CONDENAÇÃO. DOSIMETRIA. PENA-BASE. ACRÉSCIMO CONCRETAMENTE MOTIVADO. CONSEQUÊNCIAS DO DELITO. REAL ABALO PSICOLÓGICO SOFRIDO PELAS VÍTIMAS, INCLUSIVE AS CRIANÇAS. TERCEIRA FASE. QUANTUM DE

ACRÉSCIMO. SÚMULA N.º 443 DESTA CORTE. FLAGRANTE ILEGALIDADE. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.

1. Não há ilegalidade na fixação da pena-base se o Juiz justificou concretamente a medida em razão das consequências do delito, dado o abalo emocional sofrido pelas vítimas, inclusive as crianças, mantidas sob a mira de revólver municiado, engatilhado e manuseado pelo agente com dedo no gatilho. Não se trata de presunção ou motivação abstrata, mas de concreta justificativa. O Tribunal de origem inclusive destacou que a família submete-se a tratamento psiquiátrico desde os fatos até a atualidade, indicando os reflexos no cotidiano das crianças, que sofrem dificuldade de sono e sensação de medo constante. Considerando o mínimo e o máximo previsto para o tipo penal, não se constata desproporcionalidade. Esta Corte já decidiu que o quantum de acréscimo não depende da quantidade de circunstâncias judiciais, mas sim de adequada motivação. Não se trata de critério matemático.

[...]

3. Habeas corpus parcialmente concedido a fim de reduzir a pena aplicada aos pacientes para 8 (oito) anos de reclusão e 13 (treze) dias-multa, mantidos os demais termos do acórdão." (HC 387.992/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 09/05/2017, DJe 15/05/2017; sem grifos no original.)

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora